

**RESISTÊNCIAS E OPOSIÇÕES NA DIREITA RADICAL
AO HISPANISMO DE ANTÓNIO SARDINHA**
RESISTANCES AND OPPOSITIONS IN THE RADICAL RIGHT
TO ANTÓNIO SARDINHAS HISPANISM

GEORGE MANUEL GOMES
Université Sorbonne Nouvelle
george.gomes@sorbonne-nouvelle.fr
<https://orcid.org/0000-0002-2666-4695>

Texto recebido em / Text submitted on: 15/06/2021
Texto aprovado em / Text approved on: 11/01/2022

Resumo:

A importância capital do “hispanismo” no pensamento de António Sardinha (1887-1925) encontra-se hoje bem avaliada pela historiografia portuguesa. Como muitos outros tópicos da obra de António Sardinha, esse seu “hispanismo” não deixou de suscitar polémicas, resistências, violentas oposições, mas também longas fidelidades. O presente artigo estuda pois a receção crítica do “hispanismo”, centrando-se naqueles que foram os mais propícios a alimentar a discussão do hispanismo: os círculos da direita radical portuguesa do século XX. Partindo das últimas observações em 1924 de Sardinha aos críticos da sua obra hispânica, o artigo enfoca as resistências surgidas no seio do próprio Integralismo lusitano, nas violentas oposições de Alfredo Pimenta e sobretudo de Franco Nogueira, assim como nos argumentos dos fiéis defensores do hispanismo. Tudo isso num lapso de tempo que acabou por se estender dos anos 1920 ao início da década de 1970. Desta forma, o presente artigo mostra como a receção crítica do “hispanismo” acabou por alimentar disputas e interrogações importantes da

direita radical: qual o estatuto de Sardinha no pensamento político português da primeira metade do século XX? “Precursor genial” ou “mito fugaz”? E, mais importante ainda, qual a influência do legado intelectual de Sardinha no Estado Novo e, particularmente, na política luso-espanhola dos anos 1930-1940?

Palavras-chave:

Hispanismo; iberismo; polémica; Estado Novo; relações luso-espanholas.

Abstract:

The capital importance of “hispanism” in the thought of António Sardinha (1887-1925) is today well evaluated by Portuguese historiography. Like many other topics in the work of António Sardinha, his “hispanism” has not failed to arouse controversy, resistance, violent opposition, but also long-standing loyalty. The present article therefore studies the critical reception of “Hispanism”, focusing on those who were most likely to fuel the discussion of Hispanism: the circles of the Portuguese radical right in the twentieth century. Starting from Sardinha’s last remarks in 1924 to the critics of his Hispanic work, the article focuses on the resistance that arose within Lusitanian Integralism itself, on the violent opposition of Alfredo Pimenta and above all Franco Nogueira, as well as on the arguments of the loyal defenders of Hispanism. All this over a time span that eventually extended from the 1920s to the early 1970s. In this way, the present article shows how the critical reception of “hispanism” ended up feeding important disputes and questions of the radical right: what is the status of Sardinha in the Portuguese political thought of the first half of the twentieth century? Is he a “genius precursor” or a “fleeting myth”? And, more importantly, what was the influence of Sardinha’s intellectual legacy on the Estado Novo and particularly on Luso-Spanish politics in the 1930s-1940s?

Keywords:

Hispanism; iberism; controversy; Estado Novo; Luso-Spanish relations.

A morte precoce de António Sardinha (com somente 37 anos), em janeiro de 1925, causou uma forte comoção nas fileiras do Integralismo lusitano. Antes de se tornar um dos artesãos da publicação das obras póstumas de Sardinha, Hipólito Raposo pronunciou o elogio fúnebre do pensador. As suas palavras ditas «em nome do Integralismo» (Raposo in Arquivo privado FAS, s.d.: 1) ilustram bem essa emoção, assim como o teor geral das numerosas e duradouras homenagens prestadas a

Sardinha tendendo a conferir-lhe o estatuto de principal ideólogo do Integralismo lusitano ou, pura e simplesmente, de máximo expoente do antirrepublicanismo tradicionalista português do primeiro quartel do século XX:

Eu peço-lhes que não chorem [...] Pode a morte roubar-nos o seu corpo para vê-lo restituir em flores na terra deste cemitério; mas a vida do espírito que neste mundo foi o esplendor da verdade, é eterna como o reflexo do próprio Deus [...] seu apostolado nacionalista é a mais pura flor do pensamento político contemporâneo (ib.: 2).

No entanto, seria errado considerar que este tipo de proclamações correspondia ao acatamento de toda a obra de Sardinha pelos seus camaradas integralistas, e muito menos por toda a direita radical da época. Se os membros da chamada “segunda geração” integralista, como Manuel Múrias, António Rodrigues Cavalheiro, Pedro Teotónio Pereira ou ainda Marcello Caetano reivindicavam o seu apreço pelo hispanismo, veremos também que outros integralistas chegaram a pô-lo em causa e alguns nomes importantes da direita radical portuguesa alheios ao Integralismo a atacá-lo violentamente.

Antes de mais, lembraremos o posicionamento de Sardinha em relação às críticas contra o seu hispanismo, das quais sempre teve consciência e às quais sempre respondeu, como o fez, pela última vez, em 1924, no prefácio do seu último livro publicado em vida, *A Aliança Peninsular*:

Não ignoro eu o improvisado insistente de perfídias que a toda a hora se exercita em torno das minhas campanhas hispanistas, cada vez mais vigorosas e radicadas. Não ignoro eu que essas perfídias se alimentam, sobretudo das desilusões e rancores de certos partidários do deposto rei D. Manuel II (Sardinha 1924: II).

Sardinha e as críticas ao hispanismo (1919-1925)

Ao designar os partidários de Manuel II – com quem o Integralismo lusitano rompera em 1919, na sequência da fracassada Monarquia do Norte – como os principais instigadores das críticas que lhe eram dirigidas, Sardinha reiterava uma denúncia que sustentava havia vários anos.

Cabe mencionar sobre essa matéria um importante texto inédito por ele redigido em 1921, depois de ter sido alertado por Alberto de Monsaraz da ameaça de publicação de uma carta que teria enviado a um jornal alentejano em 1910. Nessa carta escrita numa altura em que ainda estava a atravessar a sua fase de adesão ao republicanismo (Sardinha Desvignes 2006: 81-149), Sardinha terá convidado «a cuspir-lhe na cara qualquer pessoa de bem, se um dia aderisse à Monarquia» (Monsaraz, Espólio António Sardinha, 149-97, 30/08/1921). Muito parecido com os seus longos manuscritos destinados a serem publicados na revista *Nação Portuguesa*, o texto de retaliação que preparou no âmbito da eventual publicação da carta em questão intitula-se «Quem nos desacredita em Espanha? Processo duma insídia» (id., pasta B, Arquivo privado FAM, s.d.)⁽¹⁾. Apesar da carta não ter chegado a ser publicada e, por conseguinte, o artigo preparado também não, o manuscrito teve para nós um interesse notável na medida em que se centra nas críticas feitas ao hispanismo.

Sardinha considerava pois que a ameaça de publicação duma carta tão antiga prendia-se com a «insídia» movimentada para desacreditar a sua inovadora reflexão sobre as relações luso-espanholas. E no “processo” que se propunha abrir contra aqueles que o acusavam principalmente de ter resvalado para o iberismo durante o seu exílio político em Espanha de fevereiro 1919 a abril 1921 – a que fora de algum modo condenado após a participação ativa do Integralismo na Monarquia do Norte –, Sardinha respondia que «a designação de ‘hispanismo’» (ib.: 16) nada tinha a ver na sua obra com o «velho espetro do unitarismo» (ib.). Tal como já o fizera em 1915 nas Conferências da Liga Naval organizadas em Lisboa pelo Integralismo lusitano para atacar uma série de livros publicados por autores espanhóis partidários do iberismo⁽²⁾, Sardinha voltava a proclamar em 1921 que o iberismo não era mais do que uma utopia revolucionária completamente alheia ao seu pensamento político⁽³⁾:

(1) Agradecemos ao historiador Nuno Ferreira Simões por nos ter, muito amavelmente, dispensado um exemplar fotocopiado do manuscrito.

(2) Os autores particularmente visados pelos integralistas foram o jornalista Luís Antón del Olmet, o deputado monárquico Juan del Nido y Segalerva e o economista Vicente Gay y Forner. Tinham respetivamente publicado: *Nuestro abrazo a Portugal* (1912); *La Unión ibérica* (1914); *El Imperialismo y la Guerra Europea* (1915).

(3) Sobre as diferentes teorias do iberismo e do hispanismo nos séculos XIX e XX, cf., Sérgio Campos Matos (2007, 2012 e 2017).

Porque é de conveniente e de imediata justiça aclarar que o ‘iberismo’, como sinónimo duma diminuição de soberania por nossa parte – ou através de uma união pura e rematada, ou por meio do embuste do laço federal, é uma confabulação de exclusivo carácter maçónico (ib.).

Foi ainda nessa ótica de repulsa do iberismo que, três anos mais tarde, Sardinha afirmou no início da *Aliança Peninsular* que o seu «demorado desterro» (id. 1924: 8) em Espanha não estivera na origem de qualquer espécie de reviravolta ideológica da sua parte. Para além do mais, também lembrou que, sem ter suscitado a mínima suspeita na época, já tinha afirmado durante as conferências da Liga Naval que «a fórmula de amanhã em política exterior [havia] de ser, sem dúvida, não a união ibérica, mas a aliança peninsular» (id. 1916: 20). E isto, mesmo antes de escrever em 1917: «Debruçado para o Atlântico, no dia em que se aplicar a fórmula [...] da aliança peninsular, Portugal ligado à Espanha pela mesma finalidade exterior, recuperará novamente o senso adormecido da sua antiga vocação mundial» (id., “O nosso futuro”, *A Monarquia*, 10/10/1917). Salientando desta forma que o seu nacionalismo e oposição intransigente ao iberismo nunca foram sinónimos de hispanofobia, Sardinha avisava finalmente os seus detratores: «Repito: nada mais angustioso nem mais humilhante para o nosso patriotismo, quando são e quando clarividente, do que o irracional ódio à Espanha» (id. 1924: XXXIV).

Por sua vez, Sardinha tinha agora, em 1924, a certeza que os nacionalistas portugueses deviam ser capazes de valorizar a história comum luso-espanhola que ele associava ao conceito de “Paralelismo” histórico:

Se na Idade Média e durante a gesta áurea da Reconquista nos entrelaça, a portugueses, castelhanos e aragoneses, como uma só alma e um só corpo perante as arremetidas do Islamismo, amplia-se, clarifica-se numa visão já apurada das coisas, ao assomarem [...] o perfil moço da América [...] o sentimento do destino histórico ancora com firmeza nas verdades superiores, que norteiam o rumo dos dois povos peninsulares. Paralelismo tão radicado e tão sinceramente vivido, não enfraquece o patriotismo mais fundo e intransigente (ib.: V).

Este “Paralelismo” histórico luso-espanhol não podia, de facto, entrar em conflito com o «patriotismo mais fundo e intransigente» de Sardinha na medida em que, ao afirmar nas primeiras páginas do seu último livro

«Entendamo-nos bem! Ninguém nega a Portugal fronteiras naturais» (ib.: XXI), também deixou claro que continuava a acreditar na existência da fronteira etnico-geográfica que teorizara em *O Valor da Raça* (1915). Todavia, tinha igualmente chegado dez anos mais tarde à conclusão de que a cesura irrevogável entre as duas nações ibéricas não devia alimentar um «estéril conceito territorial da pátria» (ib.: LVIII); «estéril conceito» que entravaria a reflexão sobre a «dupla tradição católica e monárquica» (ib.: XXXI) ibérica e, dito por outras palavras, sobre «a rijeza das duplas raízes que entrelaçam o génio português e o génio castelhano, separando-os simultaneamente» (ib.: XXXIV). Sardinha voltou assim a afirmar de entrada que a sua reflexão permanecia centrada na contrarrevolução portuguesa, que, na sua ótica, precisava da convergência antidemocrata entre intelectuais luso-espanhóis interessados em fazer com que de novo «o Portugal católico e monárquico viva em harmonia com a católica e monárquica Espanha» (id. 1943: 140).

Oposição ao iberismo e apelo à convergência antiliberal entre pensadores ibéricos e sul-americanos, eis, em suma, os princípios renovados por Sardinha na “conversa preliminar” de *A Aliança Peninsular* para, com uma «bofetada irrespondível», reagir aos «aleives anónimos» de que dizia ser «covardemente alvo» (id. 1924: XLV).

Porém, apesar de apontar principalmente para os monárquicos liberais, segundo ele peritos do «anti-espanholismo estrutural» (ib.) fundamentado em «detritos cadaverizados» (ib.), como responsáveis dos «aleives anónimos» de que era alvo, Sardinha também não ignorava as fortes e antigas reservas de alguns dos seus camaradas integralistas em relação ao hispanismo. Com efeito, logo em outubro de 1920, já falava, numa carta à sua mulher, da existência de uma «oposição», exercida «de lá de dentro» do Integralismo, contra o seu hispanismo (id., Arquivo privado FAS, Madrid, 17/10/1920).

Uma receção contrastada na primeira geração integralista

Um dos opositores “de dentro” que Sardinha tinha em mente era certamente o seu velho amigo Alberto de Monsaraz. Este último já se destacara durante as Conferências da Liga Naval de 1915 como o orador mais alarmado com o “perigo espanhol” que, segundo ele, pairava desde sempre e para sempre sobre a independência portuguesa. Monsaraz

considerava nesse sentido que Portugal devia continuar a privilegiar a aliança inglesa, contando com o interesse britânico em contrariar qualquer hipótese concretização do federalismo ibérico:

É certo que a Espanha sonha de longa data com umas águias imperiais, mas a Grã-Bretanha, ciosa dos próprios interesses, não quer nem pode consentir. Realizada a confederação ibérica, seria para a Inglaterra a perda definitiva da sua hegemonia no Atlântico e do seu domínio no Mediterrâneo. Os Estados Unidos exigiriam os Açores, onde já têm uma vasta colónia de população, e essa base naval, pertencendo à grande República Americana, ficaria para sempre à mercê dela o equilíbrio europeu e a estabilidade política dos povos e dos governos (Monsaraz, “Política Externa/Depois da Guerra”, *Nação Portuguesa*, 1ª série, t. 1, nº 8, 1915: 259).

Sardinha e Monsaraz discutiram aliás com frequência a questão durante a Primeira Guerra Mundial, em cartas nas quais concordavam geralmente sobre a ideia segundo a qual a guerra estava a exacerbar os riscos de concretização do iberismo na sua versão federalista ou mesmo unionista. Numa delas, Monsaraz descrevia da seguinte forma qual seria o resultado da aplicação do iberismo:

Para nós, por muitas liberdades que nos dessem e por mais longa autonomia de que ficássemos gozando, seria o perder da independência e o amesquinamento do brio nacional. Como a Hungria ou como a Baviera, não passaríamos dum reinado tutelado, vegetando dia a dia na contínua humilhação duma soberania fictícia (id., Espólio António Sardinha: 149, s.d.).

A partir do momento em que, exilado em Espanha, Sardinha publicou os seus primeiros artigos “hispanicos”, Monsaraz não temperou a sua desconfiança e começou mesmo a exprimir um certo «anti-espanholismo estrutural» denunciado por Sardinha para apontar o dedo aos monárquicos liberais, mas talvez sem deixar de ter igualmente em mente o seu velho amigo que, logo em agosto de 1919, lhe escrevera: «Lembra-te que a nossa obra é uma obra nacional e a primeira condição do nosso nacionalismo é o ódio à Espanha, a melhor virtude que nos legaram os nossos avôs» (ib., Lisboa, 16/08/1919).

Sem nunca cair no “anti-espanholismo” vociferante de Monsaraz, Hipólito Raposo também representou as reservas surgidas na chamada primeira geração integralista em relação ao hispanismo de Sardinha. Em 1924, poucos dias antes da publicação da *Aliança Peninsular* que lera previamente, Raposo resumiu numa carta as suas reticências de sempre. Deste modo, apesar de descrever o livro como «uma festa de alta e construtiva política que, para o caso, ficará na história como volume clássico» (Raposo, *ib.*: 122-121, Lisboa, 31/12/1924), Raposo não escondeu que continuava nomeadamente a não concordar com a tendência de Sardinha a minimizar a perda de autonomia de Portugal durante a dinastia filipina e avisava-o: «nada favorece o teu propósito o ardor com que defendes a posição jurídica e administrativa do filipismo em relação a Portugal» (*ib.*). Raposo considerava, por outro lado, muito pouco convincente a tese defendida por Sardinha segundo a qual a tentativa de Afonso V de tomar o trono castelhano em 1474, na sequência da morte de Enrique de Castela, fazia com que se pudesse afirmar que as tentações anexionistas tinham sido partilhadas ao longo da história por vários monarcas espanhóis e portugueses:

Sobre o perigo espanhol e o perigo português na história, a diferença é que para Portugal esse perigo foi realidade, e para Espanha foi simplesmente perspectiva. Além disso, a Espanha ocupa cinco a seis vezes mais território peninsular do que nós, com uma população europeia três vezes maior e com portos superiores (*ib.*).

Raposo incitava mesmo Sardinha a jamais reafirmar essa ideia e sobretudo a deixar de relativizar a perda de independência lusa durante a união dinástica de 1580-1640. Tais reflexões faziam-lhe, pois, do ponto de vista de Raposo, correr o risco de ser «dado por suspeito pela canalha de cá e de lá da fronteira» (*ib.*).

Por sua vez, Luís de Almeida Braga e José Pequito Rebelo foram sempre mais abertos ao hispanismo. Almeida Braga, que nas Conferências da Liga Naval declarara «Espanha não é uma nação irmã, é uma nação rival» (Almeida Braga 1916: 392), tomou a partir de 1919 regularmente posição a favor da obra hispânica de Sardinha, sublinhando que este último conseguira definir uma «dualidade na unidade dos comuns interesses políticos de expansão e defesa» (*id.* 1943: 76). Quanto a Pequito Rebelo, o pretense perigo que o hispanismo podia representar para a

independência de Portugal não passava de uma «opinião envenenada pelas invejas políticas» (Rebello 1944: 212) atirada contra um pensador que não fizera mais do que demonstrar a sua «elasticidade e isenção de espírito» (ib). Como veremos mais adiante, os integralistas deviam, segundo Rebello, assim perfilhar o conceito de «civilização peninsular» desenvolvido por Sardinha, que tinham erradamente «esquecido» (ib.) durante as Conferências da Liga Naval de 1915.

Porém, apesar do apoio de alguns dos seus camaradas, nunca chegou finalmente a ser completamente aniquilada a acusação segundo a qual Sardinha teria acabado por ceder a uma hispanofilia excessiva, tão perigosa para a independência de Portugal como o iberismo unionista ou federalista de outros escritores ibéricos. No campo da direita radical, Alfredo Pimenta foi certamente o primeiro vulto importante a alimentar, antes e depois da morte de Sardinha, essa acusação.

Oposições e fidelidades ao hispanismo (1925-1972)

Alfredo Pimenta

Alfredo Pimenta e António Sardinha, que se conheciam desde o início da década de 1910, passaram a ter uma relação tumultuosa quando, fortemente incentivados por Sardinha, os integralistas romperam com Manuel II em 1919. De facto, lembremos aqui que considerando essa rotura inaceitável, Alfredo Pimenta dessolidarizou-se totalmente dos líderes do Integralismo e juntou-se a dois “dissidentes” integralistas nas pessoas de Caetano Beirão e João Ameal, para lançar a Ação Tradicionalista Portuguesa (Braga da Cruz 1982: 143-144). A relação entre Sardinha e Pimenta acabou mesmo por romper-se quando o primeiro escreveu, com a sua habitual mordacidade, num artigo datado de 1923, que o segundo tinha tendência a fazer prova de «bric-à-braquismo literário» (Sardinha 1929: 203), constituindo por isso um «perfeito caso de histrionismo literário» (ib.: 186).

Desde então muito hostil à obra e à pessoa de Sardinha, Pimenta destacou-se ao opor-se à onda de homenagens prestadas ao ideólogo integralista após a sua morte em 1925, condenando aquilo que identificava como «os alvares do desenvolvimento da quasi divinização

ridícula de Sardinha» (Pimenta 1944a: 22). Nesse contexto, Pimenta chegou mesmo a polemizar sobre a situação familiar do seu rival: desde o seu casamento em 1912 com Ana Júlia Nunes da Silva, Sardinha teria, graças ao dinheiro da família de sua mulher, levado a cabo uma vida de intelectual, sem nunca se preocupar com o sustento do seu lar: «António Sardinha viveu a vida fácil, despreocupada e alegre que lhe proporcionou a fortuna da sua mulher» (ib.: 52). Além do mais, Pimenta fez parte daqueles que alimentaram os boatos sobre o estilo de vida supostamente muito dispendioso de Sardinha. Esses boatos acreditados por Pimenta tinham sido em larga medida propagados por Joaquim Azinhal Abelho – um simpatizante da Ação Tradicionalista Portuguesa –, que afirmou sobre o antigo líder integralista: «Morreu a tempo. Doutro modo, a fortuna da mulher ter-se-ia sumida, e esta ficaria na miséria» (ib.: 53).

Fora os ataques *ad hominem* nos quais Alfredo Pimenta tomou parte, cabe referir que o historiador parecia sinceramente pensar que Sardinha nunca possuía as qualidades suficientes para justificar o seu prestígio intelectual. Do seu ponto de vista, a «quasi divinização» de Sardinha, alimentada no seio da direita radical portuguesa pelos antigos integralistas, não só era injustificada, como também poderia fazer com que injustamente: «O historiador do futuro [...] havia de pensar que de 1914 a 1925 só houve, na vida portuguesa, o Integralismo Lusitano a que pertencia António Sardinha» (ib.: 26). Deste modo, considerava importante dar início à «crítica impessoal e objetiva [que] ainda não se exerceu analiticamente sobre a obra de Sardinha; por enquanto [em 1944], está na fase mítica» (ib.: 25).

Oferecendo-se para lançar essa fase mais “racional” da avaliação do legado intelectual de Sardinha, Pimenta publicou um pequeno ensaio intitulado *A propósito de António Sardinha* (1944). Nele afirma que o antigo líder do Integralismo se tinha sobretudo destacado, contrariamente aos «menos expansivos, menos comunicativos, menos ardentes – numa palavra – menos combativos» (ib.) Hipólito Raposo, Luís de Almeida Braga ou José Pequito Rebelo, graças ao seu «proselitismo» (ib.: 28) e ao seu «dom do apostolado» (ib.). Porém, Pimenta dizia fazer parte daqueles que nunca se deixaram impressionar pela verve de Sardinha que, quanto a ele, chegara mesmo a escrever regularmente num «português inçado de erros e galicismos» (ib.: 33). Essa crítica do estilo do escritor integralista não parece dever nada ao desentendimento pessoal entre os dois. Logo em 1916, Pimenta escreveu a Sardinha, na sequência da publicação

O Território e a Raça, para aconselhá-lo a «eliminar dos seus trabalhos as expressões declamativas e retóricas» (ib.: 20).

No entanto, para além de uma discordância política profunda aquando do rompimento do Integralismo com a causa de Manuel II, e de reservas certamente sinceras em relação às qualidades intelectuais de Sardinha, as críticas formuladas por Pimenta, cerca de vinte anos após a morte do pensador integralista, podem também ser avaliadas à luz da suscetibilidade possivelmente ferida do historiador; uma suscetibilidade talvez magoada pelo estatuto de referência da direita radical portuguesa mantido por Sardinha largos anos depois de ter falecido. Pimenta publicou, aliás, o ensaio *A propósito de António Sardinha* precisamente numa altura em que vários antigos integralistas da segunda geração, como Marcello Caetano e Pedro Teotónio Pereira – que continuavam a reconhecer o seu apreço pela obra de Sardinha – iam ganhando importância no estado-maior salazarista e, sobretudo, num período em que muitos desses antigos integralistas estavam convencidos de que o hispanismo influenciava a política do Estado Novo com a Espanha franquista.

Por outro lado, cabe também ler as críticas de Pimenta em função da sua carreira de historiador arquivista que viu com maus olhos a tendência de Sardinha a utilizar fontes históricas de segunda mão, sem no entanto se coibir de formular conclusões perentórias, como foi o caso omnipresente na sua reflexão sobre as características étnico-raciais singulares dos Portugueses. A este propósito escreveria Alfredo Pimenta: «Sardinha não fez História, limitando-se a trabalhar sobre a história feita, [...] não utilizou, nem folheou, nem conheceu Documentos de Arquivos [...] não foi antropólogo ou arqueólogo – mas escreveu o *Valor da Raça*» (id. 1944b: 5).

Mas, em última instância, o hispanismo foi a principal fonte da hostilidade de Pimenta em relação a Sardinha. Convencido a propósito do exílio de 1919-1921 do líder integralista que «o mal que a Espanha fez a António Sardinha é coisa que ainda não foi suficientemente apreciada» (ib.: 17), Pimenta resumia toda a faceta “hispanica” de Sardinha a «uma triste monstruosidade» (Pimenta 1944b: 40) que punha em perigo a independência portuguesa. O historiador não tinha assim a menor dúvida sobre o lugar a reservar ao hispanismo e a um livro como *A Aliança Peninsular*: «sepulte-se para sempre esse livro nefasto e essa tese demoníaca, no silêncio e no desprezo» (ib.: 40). E numa época em que vários integralistas continuavam a defender o legado do seu antigo

líder e mesmo a apontar para o hispanismo como fonte de inspiração da política luso-espanhola do Estado Novo, Pimenta foi ainda mais longe ao concluir sobre o rumo tomado pelo pensamento político de Sardinha a partir de 1919: «António Sardinha morreu cedo – para a sua família e para os seus amigos. Morreu, porém, a tempo, para o seu nome» (ib.: 45).

Muito violentas, todas essas críticas dirigidas por Alfredo Pimenta a Sardinha em 1943, foram retomadas e excedidas trinta anos mais tarde por Franco Nogueira, desencadeando na ocasião uma polémica notória com alguns velhos integralistas.

Franco Nogueira e o início da polémica de 1972

Ministro dos Negócios Estrangeiros de abril de 1961 a outubro de 1969, Franco Nogueira abandonou o Governo na sequência do afastamento de Salazar (setembro de 1968) e da nomeação no lugar do ditador de Marcello Caetano, com quem entrou rapidamente em desacordo a propósito da guerra colonial. Foi precisamente nessa época em que, talvez ainda marcado pelo seu desentendimento com o novo presidente do Conselho, Franco Nogueira deu à estampa no final do ano 1971 o livro *As Crises e os Homens*. Nele consagrou dez páginas à crítica do hispanismo e da obra de Sardinha em geral tão apreciada pelo seu rival Marcello Caetano. De facto, este último ainda falava nos anos 1960, numa carta dirigida a Ana Júlia Sardinha, do pensador integralista como de «um dos mestres mais queridos da [sua] juventude» (Caetano, Arquivo privado FAS, 29/04/1927) que nunca deixara de ler, antes de designar, em 1973, a *Aliança Peninsular* como «um dos mais belos e profundos livros de António Sardinha» (ib., 08/08/1973).

Por sua vez, Nogueira considerava, perfilhando fielmente a análise de Alfredo Pimenta, *A Aliança Peninsular* como o resultado de uma reflexão perigosa que, no melhor dos casos, poderia apenas facilitar «a expansão e a hegemonia da Espanha no mundo latino-americano» (Nogueira, “Nova Resposta do Dr. Franco Nogueira, II”, *O Debate*, 18/03/1972) ou, mais provavelmente, conduzir «inevitavelmente, inexoravelmente, ao domínio, à absorção, à diluição de Portugal numa Península espanhola, e só espanhola» (id., “A propósito de António Sardinha”, ib., nº 1090, 12/02/1972). Acabando assim por acusar Sardinha de ter procurado «conciliar o inconciliável» (Nogueira 1971: 189) e, em última instância,

de ter sido «um dos mais minuciosos teorizadores do iberismo» (ib.), Nogueira varreu sem apelo todo o hispanismo:

o peninsularismo ou iberismo de António Sardinha é uma construção artificial, literária, quase diria emocional. Sardinha possuía vasta cultura e profundos conhecimentos dos pormenores da História, estava de plena boa-fé, mas não possuía uma *visão histórica* dos acontecimentos e das forças em jogo. Determinava-o uma aversão cega pela Inglaterra; uma suspeita desconfiada da França, a que atribuía todos os males da maçonaria e do liberalismo; um embevecimento perante os monumentos a pintura, a paisagem, a grandeza da Espanha (ib.: 192).

Estas linhas escritas perto de cinquenta anos após a morte de Sardinha estiveram na origem, pouco mais de um mês após a publicação de *As Crises e os Homens*, de uma polémica entre Nogueira e vários antigos integralistas.

José Pequito Rebelo, que tinha uma relação amigável de longa data com Franco Nogueira, foi o primeiro a lançar, no jornal *O Debate*, a “retaliação”. Culpou-o imediatamente de interpretação desonesta do hispanismo de Sardinha por ter, como era habitualmente o caso nas críticas feitas ao ideólogo, amalgamado o seu objetivo de formação duma aliança hispânica contrarrevolucionária com o iberismo unionista. No caso de Franco Nogueira, tal deturpação devia-se, segundo Pequito Rebelo, à sua anglofilia excessiva e consequente menosprezo pelas relações luso-espanholas, o que não deixava de ser aos olhos de Rebelo uma preferência incompreensível por parte de quem tinha desempenhado as mais altas funções da diplomacia portuguesa. Rebelo considerava pois o predomínio económico e político inglês como bem mais real e ameaçador desde o século XIX do que o «perigo espanhol» (Rebelo, “O Pretenso Iberismo de António Sardinha”, *O Debate*, 08/01/1972) supostamente exercido por uma Espanha contemporânea tão decadente como Portugal.

Confrontado com essas primeiras críticas de Pequito Rebelo e de outros antigos integralistas que lhe seguiram rapidamente os passos, o antigo ministro não tardou em escrever no *Debate* para responder-lhes. Durante os vários meses de frequente “fogo cruzado” entre ele e velhos integralistas lusitanos, Franco Nogueira jamais deixou de reafirmar que o hispanismo de Sardinha representava um risco potencial notável para a soberania portuguesa, traduzindo uma real tentativa unionista que teria

paulatinamente ganho a mente do pensador integralista a partir do seu exílio espanhol de 1919-1921:

não é certo que Sardinha chama sempre à Espanha a *Espanha-Madre* [...]? Não haverá aqui um complexo de inferioridade perante a Espanha? Não é também verdade que Sardinha considera o governo de Madrid como governo central? Mil outras perguntas se poderiam multiplicar, e penso que só têm uma resposta: o iberismo de Sardinha (Nogueira, "O 'iberismo' de António Sardinha", *ib.*, 22/01/1972).

Notemos que com esta referência à «Espanha-Madre» supostamente indissociável do pensamento de um Sardinha «embebecido perante Castela e a Madre Espanha» (*Id.*, "Acerca de António Sardinha", *ib.*, nº 1090, 12 de fevereiro 1972), Nogueira retomava de forma enviesada a expressão utilizada por Sardinha, isto é não «Espanha-Madre» mas, sim, «Madre-Hispânia» que foi, por exemplo, o título de um artigo publicado pela primeira vez, em 1924, na *Nação Portuguesa* (cf., 3ª série, t. 1, nº 1, 1924-1925: 97-122). Nesse artigo, o termo «Hispânia» é utilizado por Sardinha no sentido romano da palavra, designando a península Ibérica no seu conjunto e apelando para uma aceção que, como explica o autor, «não se refere à Espanha, expressão política [...] antes às 'Espanhas', expressão geográfica» (Sardinha, "Quem nos desacredita em Espanha? Processo duma insídia", *op.cit.*: 18).

Por outras palavras, Sardinha empregou a expressão «Madre-Hispânia» para evocar as origens históricas romanas de Portugal e Espanha na ótica da sua reflexão sobre o «Génio Peninsular» espelho de uma «superior unidade espiritual», que não era mais «senão o fruto admirável de um admirável dualismo» (*id.* 1943: 187-188). Jamais utilizou portanto a expressão em questão para exprimir um sentimento de "inferioridade" em relação a Espanha ou uma qualquer forma de tentação pela existência de um "governo central" madrileno, conforme o afirmou Franco Nogueira ao traduzir enviesadamente "Madre-Hispânia" por "Espanha-Madre", omitindo, por outro lado, o separatismo intransigente, alicerçado em convicções deterministas, que Sardinha, lembremo-lo de novo, reafirmou na *Aliança Peninsular*, tal como nas seguintes linhas:

Ainda que breves, são bastantes por si os elementos que produzimos para se verificar que, à individualidade geográfica da pátria portuguesa,

conforme definida por autorizados depoimentos da ciência oficial espanhola, correspondia em toda a sua amplitude um fundo étnico, tipificado por diferenças que, se o aproximavam das mais populações hispânicas, lhe imprimiam, todavia, um particularismo muito seu, que o não deixava, por outro lado, confundir-se inteiramente com elas (id. 1924: 104).

Desconhecendo ou ocultando desenfreadamente este tipo de passagens abundantes na obra hispânica de Sardinha, Nogueira manteve-se firme na sua posição e mostrou-se mesmo cada vez mais radical à medida que respondia às críticas, transformando-se de passagem no «mais acabado exemplo da revisão salazarista do próprio integralismo» (Archer de Carvalho 1996: 238), para retomar as palavras de Paulo Archer de Carvalho. Com efeito, além de insistir na sua análise segundo a qual Sardinha foi iberista, Nogueira acabou por afirmar, ainda em janeiro de 1972, que o pensador integralista possuía uma cultura internacional limitada; cultura essa que enclausurava Portugal na península Ibérica ou, quanto muito, no mundo ibero-americano. Desta forma, Sardinha teria sido um autor irrelevante em termos de política exterior, cuja reputação intelectual muito devia, segundo um Franco Nogueira mais uma vez perfeitamente de acordo com a análise dos anos 1940 de Alfredo Pimenta, ao processo de mitificação do líder integralista iniciado aquando da sua morte precoce com tão só 37 anos:

Sardinha era sem dúvida um homem sério, digno, de boa fé. Mas em matéria de grande política era um ingénuo e um provinciano. A sua cultura era feita de pormenores sem significado; a sua visão parava nos Pirenéus; não sentia o Brasil nem sentia a África; estava deslumbrado perante a Madre-Espanha; e não compreendia o jogo dos grandes interesses e das grandes forças do mundo. Morreu novo: se houvesse vivido mais dez ou quinze anos, talvez tivesse evoluído. Mas infelizmente não viveu, e temos de o julgar pelo que nos deixou escrito. E eu compreendo quanto será doloroso para os ‘sardinhistas’ ver afetada uma figura que, sem prejuízo do seu talento noutros planos, não passa de um mito (Nogueira, “O ‘iberismo’ de António Sardinha”, *O Debate*, 22/01/1972).

E prosseguindo na mesma veia num artigo datado de março de 1972, Nogueira resumiu da seguinte maneira o interesse, do seu ponto de vista, irrisório da *Aliança Peninsular*:

Toda a tese de Sardinha é baseada num enredo de Príncipes e Princesas, de Reis e Rainhas, que se casaram e levaram hábitos e costumes para um lado e outro; de alianças e antagonismos dinásticos [...] Desta obra de Sardinha estão ausentes o povo, os interesses geopolíticos das potências, as coordenadas permanentes das nações, o jogo das ambições e de conflitos. É um livro de um expositor superficial de pormenores (*Id.*, “Nova Resposta do Dr. Franco Nogueira, III”, *ib.*, 25/03/1972).

Antes disso, quando atacado por António Rodrigues Cavalheiro por ter chamado «ingénuo» e «provinciano» a «um morto ilustre que não se pode defender» (Cavalheiro, “Carta ao Dr. Pequito Rebelo sobre António Sardinha e o seu Hispanismo, IV”, *ib.*, 04/03/1972), Nogueira não se coibiu de voltar a salientar o seu ponto de vista sobre o carácter, no mínimo, desfasado e inoperante do hispanismo de Sardinha:

A verdade é que Sardinha concebia a Península como uma grande Hispânia, com ‘governo central’ em Madrid, e em que caberiam Portugal, Castela, Aragão, Catalunha, e outros, em pé de igualdade. E acreditava que a Espanha abandonara ou poderia abandonar o seu sentimento de se considerar a única herdeira da unidade visigótica da Península. Mas então isto não será a mais confrangedora ingenuidade (Nogueira, “Acerca de António Sardinha”, *ib.*, 12/02/1972)?

Todas estas críticas reiteradas em quatro artigos/cartas dirigidas ao *Debate* inscreveram-se assim numa série de trocas de respostas entre vários integralistas lusitanos e Franco Nogueira. Passaremos nas próximas páginas a debruçar-nos sobre as respostas dos antigos integralistas, começando por esmiuçar as de José Pequito Rebelo que sempre foi quem, nas fileiras da primeira geração integralista, mais apoiou a teorização hispânica de Sardinha.

A velha guarda integralista contra Franco Nogueira

Antes da morte de Sardinha, José Pequito defendeu regularmente no jornal integralista *A Monarquia* a ideia do seu camarada segundo a qual nacionalismo autárquico que, em certa medida, caracterizara o Integralismo nos seus primeiros anos de existência era «uma ideia

morta» (Rebello 1944: 193) e concordou com a outra segundo a qual uma aliança intelectual com os meios antidemocratas espanhóis era importante para consolidar as chances da contrarrevolução integralista em Portugal. O sucesso dessa aliança e de uma possível contrarrevolução luso-espanhola podia mesmo, segundo Rebello, ter repercussões mais importantes do que aquelas perspetivadas pelo próprio Sardinha: «Pela Espanha e nos vastos horizontes que uma política peninsular nos proporcionaria, o contágio deste exemplo certamente se estenderia muito ao largo pelo mundo latino e teríamos um *maximalismo reacionário ocidental*» (ib.: 195). Já depois da morte de Sardinha, Pequito Rebello homenageou um «mestre insubstituível» (ib.: 211) cuja principal «herança pública» (ib.) era constituída pelas suas «ideias [...] sobre as relações externas de Portugal, especialmente as suas ideias sobre a aliança peninsular» (ib). Rebello chegou mesmo a confessar que *A Aliança Peninsular* lhe permitira alargar o horizonte dos seus próprios estudos em economia e afirmou nesse sentido: «vou chegando [...] a conclusões que acaso confirmam as ideias de António Sardinha sobre a civilização peninsular» (ib.: 212). Mais ainda, declarou o seu «compromisso» (ib.: 213) em continuar a seguir, nas suas áreas de reflexão, a «iluminada doutrina» (ib.) de Sardinha, algo que acabou por fazer sobretudo a partir dos anos 1930.

Com efeito, após uma estada de vários meses em Espanha no final do ano de 1929, Pequito Rebello regressou a Portugal ainda mais convencido de que o «agudo e intemerato criticismo» (ib.: 219) de Sardinha em relação à situação política de Espanha – onde Primo de Rivera iria abandonar o poder em março de 1930 – se mantinha válido. De outro lado, Rebello começou a escrever regularmente na revista da *Acción Española*⁽⁴⁾, movimento espanhol aparentado ao Integralismo fundado em 1931 por Ramiro de Maeztu e pelo Marqués de Quintanar que foi o amigo mais próximo de Sardinha em Espanha. E paralelamente ao seu alistamento nas fileiras dos «Viriatos» durante a guerra civil espanhola, Rebello publicou em 1939 o ensaio *Espanha e Portugal. Unidade e Dualidade Peninsular*, cujo próprio título ecoava com as linhas diretrizes

(4) Cf., José Pequito Rebello, “El fracaso de las Reformas Agrarias, I”, in *Acción Española*, t. 1, n.º 2, 01/01/1932: 155-165; “El fracaso de las Reformas Agrarias, II”, n.º 3, 15/01/1932: 268-282; “El fracaso de las Reformas Agrarias, III”, n.º 4, 01/02/1932: 384-391; “El fracasso de las Reformas Agrarias, IV”, n.º 5, 16/02/1932: 500-512; “El fracasso de las Reformas Agrarias, V”, n.º 6, 01/03/1932: 604-616.

do hispanismo de Sardenha. O ensaio retoma aliás os principais tópicos do hispanismo do seu colega, como o do determinismo geográfico que «separa em dois corpos» (Rebello 1939: 12) Espanha e Portugal, sem impedir a «emulação recíproca» (ib.: 9) dessas duas nações independentes ligadas por uma «alma» (ib.: 12) comum.

Alguns anos mais tarde, em 1943 – no ano em que Alfredo Pimenta publicou o seu ensaio *A propósito de António Sardenha* –, deu uma conferência no Porto, durante a qual declarou que o hispanismo de Sardenha tinha claramente influenciado o «sistema de relações entre a Espanha espanhola e o Portugal português!» (Rebello 1944: 281) desenvolvido pelo Estado Novo com o governo de Franco. Por fim, acabou mesmo por reconhecer em 1972 que o seu livro de 1939 *Espanha e Portugal. Unidade e Dualidade Peninsular* retomava da *Aliança Peninsular* «toda a sua doutrina» (id., “Uma polémica indesejável e indesejada”, *O Debate*, 22/04/1972). Foi precisamente nessa época que, com 80 anos de idade e com os principais fundadores do Integralismo lusitano, como José Hipólito Raposo (†1953), Alberto de Monsaraz (†1959) e Luís de Almeida Braga (†1970), já falecidos, José Pequito Rebello se colocou à frente da riposta contra Franco Nogueira e o seu livro *As Crises e os Homens*.

Na “campanha” que lançou no *Debate* para responder às críticas dirigidas a Sardenha por Franco Nogueira, Rebello começou por exprimir ironicamente o seu espanto quanto ao facto do antigo ministro das Finanças dedicar dez páginas do seu novo livro – mais do que a qualquer outro autor – a um escritor morto havia meio século e que não passaria de um «mito fugaz encarnado em provinciano» (ib.). Por outro lado, também lamentou o facto de Nogueira ter passado ao lado da essência da reflexão hispânica de Sardenha no contexto dos anos 1920: a contrarrevolução e o derrube perene em Portugal da democracia. Citou nesse sentido, com uma redobrada ironia, várias passagens da obra de Sardenha que deviam incitar Nogueira a aprofundar o seu conhecimento aparentemente superficial e enviesado daquele que foi «o maior dos anti-iberistas» (ib.). Uma dessas passagens “aconselhadas” a Franco Nogueira foi retirada duma entrevista concedida ao *Diário de Lisboa* na qual, apenas seis meses antes da sua morte, Sardenha declarou:

A minha conduta é a de sempre: amizade peninsular. Mas enquanto não houver em Portugal o Estado Forte e a Pátria Forte, nada de realizações [...] A inteligência da Espanha connosco impõe-se de parte

a parte. Mas organizemo-nos primeiro que tudo, restituindo Portugal às suas instituições tradicionais para que haja firmeza no Estado e vigor nas instituições (Sardinha, “No campo das hipóteses”, *Diário de Lisboa*, 25/06/1924).

Paralelamente a Pequito Rebelo, António Rodrigues Cavalheiro, outra antiga figura ativa do Integralismo, destacou-se no *Debate* para defender Sardinha. Segundo Cavalheiro, Franco Nogueira, norteado pelo «seu fraco pela aliança inglesa» e tendência antimonárquica, viera simplesmente reativar as críticas das quais o hispanismo de Sardinha sempre fora alvo. Isto por não se ter limitado a perspetivar as relações com Espanha na simples ótica materialista da assinatura de «tratados de comércio», da resolução de «problemas cambiais» ou para servir os interesses de «sociedades de banqueiros e homens de negócios» (Id., “Carta ao Dr. Pequito Rebelo sobre António Sardinha e o seu Hispanismo, I”, *O Debate*, nº 1090, 12/02/1972) e por ter, nesse sentido, escrito: «Hispanistas somos – mas não o somos para proveito de firmas sinistras, nem de estômagos ávidos» (Id., “Hispanismo e Espanholismo”, in *Nação Portuguesa*, 2ª série, t. 2, nº 5, 1922-1923, 212).

Juntando-se a Pequito Rebelo e a Rodrigues Cavalheiro, o historiador Manoel de Bettencourt e Galvão, outro antigo simpatizante do Integralismo, escreveu ao *Debate* para denunciar o suposto rancor antimonárquico de Franco Nogueira e defender a ideia, também alimentada por Rodrigues Cavalheiro, de uma inversão acusatória da qual Sardinha e todos os monárquicos interessados pelas relações luso-espanholas teriam sido regularmente vítimas: «nos acostumaram já os nossos adversários, querem eles endossar à viva força para os monárquicos o iberismo que está na base da república democrática» (Bettencourt e Galvão, in Cavalheiro 1974: XX). Por fim, Bettencourt e Galvão saudou o hispanismo desqualificando, de passagem, o juízo segundo ele enviesado de Nogueira sobre as supostas veleidades unionistas do antigo mentor integralista:

importa não perder de vista este aspeto essencial: tanto para António Sardinha como para os seus pares da Junta Central do Integralismo Lusitano, essa aliança só era possível e desejável com o perfeito equilíbrio dos dois povos peninsulares, fortes nas suas instituições tradicionais [...] Nesse conjunto que o Mestre insigne articulara com alta visão e perfeita

lucidez, haviam de incluir-se ao lado do Reino de Portugal e do Reino de Espanha, as Nações irmãs da América Hispânica, que franceses e italianos (logicamente) teimam em chamar latina (ib.: XIX).

Na mesma linha, Herculano Marques da Costa, antigo membro destacado da segunda geração integralista, também condenou os ataques de Nogueira contra «o primeiro mestre do Nacionalismo português contemporâneo [...] alguém que foi muito grande no pensamento político do século XX» (Marques da Costa, “Uma resposta a uma ‘resposta’ pouco feliz”, *O Debate*, 26/02/1972). Segundo ele, tais ataques também eram devidos ao «preconceito antimonárquico» (ib.) – partilhado por muitos outros velhos salazaristas alheios ao Integralismo – do antigo ministro.

Por sua vez, o historiador Henrique Martins de Carvalho manifestou o seu espanto pelo facto de um diplomata de primeiro plano como Franco Nogueira fazer visivelmente parte dos Portugueses habitados pelo arcaico e irracional receio da «absorção de um país oito vezes secular, situado na confluência das rotas intercontinentais mais importantes» (Carvalho, “Aliança Peninsular”, ib., 04/03/1972), ao ponto de atacar, cinquenta anos após a sua morte, um «grande escritor monárquico» que «constitui um caso ímpar de influência sobre a juventude e o pensamento político da sua geração [...] que talvez nem Oliveira Salazar com ele se deva comparar» (ib.). Henrique Martins de Carvalho considerava, aliás, que, nomeadamente graças ao processo de reconciliação franco-alemã, «a segunda metade do século XX [tinha] mostrado exemplos válidos do superamento de lutas antigas» (ib.), o otimismo de Sardinha quanto à possibilidade de ser ultrapassada a rivalidade histórica luso-espanhola fora digna, não de um «provinciano», mas, antes pelo contrário, de um pensador «antecipado à sua época e [...], portanto, um precursor genial» (ib.).

Essa reivindicação por parte dos defensores de Sardinha do seu estatuto de «precursor genial» e, no fundo, de máxima referência da direita nacionalista portuguesa dos anos 1920-1930 foi um dado constante ao longo da polémica à volta do livro *As Crises e os Homens* de Franco Nogueira. Além de Martins de Carvalho, José Oliveira Leite e, mais uma vez, António Rodrigues Cavalheiro ilustraram particularmente bem essa tendência. Em jeito de provocação, o primeiro escreveu que «sem a obra e os ensinamentos de A. Sardinha não seriam possíveis um

Salazar, um Marcello Caetano, nem um Franco Nogueira» (Oliveira Leite, in Cavalheiro 1974: 81), enquanto que, ironizando sobre a suposta “ingenuidade” e “provincianismo” de Sardinha, o segundo rematou:

E assim, quer se queira quer não, na cadeia implacável de causas e efeitos, que é a verdadeira estrutura da História, já não é possível, na narrativa sincera dos sucessos do Portugal contemporâneo, dissociar a pacata entrada do Dr. Franco Nogueira, com a “grande política” debaixo do braço, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, do ardente magistério nacionalista e cristão de António Sardinha (Cavalheiro, “Carta ao Dr. Pequito Rebelo sobre António Sardinha e o seu Hispanismo, IV”, *O Debate*, 04/03/1972).

Nas linhas que acabámos de citar, Rodrigues Cavalheiro encerrava também a exposição de uma outra ideia que, em larga medida introduzida por ele, se tornou, como passaremos agora a pôr em evidência, a principal linha de força dos defensores de Sardinha contra Franco Nogueira. Essa ideia pode, em suma, ser resumida pela seguinte frase de Rodrigues Cavalheiro: «Julgo não ser muito difícil descortinar, nos discursos de Salazar sobre a amizade luso-espanhola, ressonâncias, mais ou menos acentuadas, do pensamento basilar de António Sardinha sobre a matéria» (Id., “Carta ao Dr. Pequito Rebelo sobre António Sardinha e o seu Hispanismo, III”, *O Debate*, 26/02/1972).

Hispanismo no Estado Novo?

Cavalheiro tomou assim o contrapé da análise de Franco Nogueira, afirmando que não apenas o hispanismo de Sardinha nunca constituíra um perigo para a independência portuguesa, como, pelo contrário, tinha inspirado a política luso-espanhola do Estado Novo. Convencido que «a sombra tutelar de Sardinha não estava ausente na criação do Pacto Peninsular» (ib.) de 1939 graças, em particular, ao papel de um antigo jovem «discípulo» de Sardinha na pessoa de Pedro Teotónio Pereira, foi com redobrada ironia que Cavalheiro sublinhou os benefícios para Portugal desse pacto de inspiração *sardiniana* quando comparados com os ganhos ligados à «pretensa» aliança luso-britânica prezada por Franco Nogueira:

o *Pacto Peninsular* – expressão condicionada às circunstâncias atuais da aspiração de Sardenha – nos salvou dos horrores da última guerra e que a pretensa amizade da Grã-Bretanha trouxe-nos, só nos últimos oitenta anos, uma série de ultrajes, de ameaças, de preocupações e de desgraças (Id., “Carta ao Dr. Pequito Rebelo sobre António Sardenha e o seu Hispanismo, IV”, *ib.*, 04/03/1972).

Dentro dos autores que avalizaram esta análise de Rodrigues Cavalheiro, Herculano Marques da Costa foi talvez o que mais fielmente lhe seguiu a veia provocadora ao escrever:

Afirmar que tinham entre si um negador desta é uma ofensa que o Dr. Franco Nogueira, decerto sem tal propósito, dirige a todos os integralistas. Como seria uma ofensa dizer que o Dr. Salazar, que assinou o Pacto Peninsular (e era, pois, ‘peninsularista’, no mesmo sentido que Sardenha o havia sido), queria o domínio da Espanha sobre Portugal (Marques da Costa, “Uma resposta a uma ‘resposta’ pouco feliz”, *ib.*, 26/02/1972).

Finalmente, apesar da sua, em regra geral, oposição ao salazarismo, o próprio Pequito Rebelo alimentou a tese segundo a qual o *Pacto Ibérico* foi «uma parcial expressão escriturária» (Rebelo, “Uma polémica indesejável e indesejada”, *ib.*, 22/04/1972) que retomava as linhas diretrizes da «verdadeira Aliança Peninsular» (*ib.*) de Sardenha a convergência antidemocrata luso-espanhola preservando rigorosamente a independência lusa. Essa tese já tinha, aliás, começado a ser avançada nos círculos integralistas nos anos 1940. Luís de Almeida Braga foi, de certo modo, o seu criador ao escrever em 1943 que, apesar de tardiamente, o Estado Novo, se tinha servido, a partir de 1936, dos ensinamentos de *A Aliança Peninsular*:

Foi só ao clarão sinistro das labaredas da guerra de libertação, já quando a Espanha parecia para sempre sepulta para sempre e o céu de Portugal se cobria de ameaças, que principiou a entender-se *A Aliança Peninsular*. Se mais cedo esse livro fosse entendido [...] italianos e alemães não teriam vindo acear nas fontes de Espanha o ferro das suas armas (Almeida Braga 1943: 80).

Ainda mais lisonjeador do que os antigos camaradas de Sardenha, José de Sá Coutinho conde de Aurora, escritor monárquico simpatizante

do Estado Novo e próximo de Franco Nogueira, escreveu, por sua vez, logo em 1940:

Lida com cuidado, *A Aliança Peninsular* mais não é que o sentir de todos os portugueses e espanhóis, amigos, irmãos, à janela, unidos contra o perigo exterior, oriental e anticristão, mas diferentes, mas distintos, mas independentes, vizinhos, sempre vizinhos [...] É, de resto, a atitude do nosso Portugal de hoje, do Portugal de 1936 (o tempo de Moscovo em Espanha) a 1940 (o dos tratados de comércio e de amizade), [...] do Portugal de Salazar e com Salazar (Conde de Aurora, “No Espólio de Sardinha”, *Brotéria*, vol. 30, 05/1940: 121).

Obviamente em todas estas analogias estabelecidas entre o hispanismo e a política luso-espanhola do Estado Novo dos anos 1930, os defensores de Sardinha mencionavam a carreira política de Pedro Teotónio Pereira, construída em torno das suas «fidelidades pessoais» e, em particular, «na fidelidade primeiro a António Sardinha e depois a Salazar» (Almeida 2008: 4), para retomar a análise do historiador João Miguel Almeida. Em virtude dessa fidelidade nunca desmentida a Sardinha, Teotónio Pereira, que em 1922 escrevera ao ideólogo «o Hispanismo é hoje a mais famosa ideia da política internacional do nosso movimento» (Pereira, Espólio António Sardinha, 160-42, 30/03/1922), prestou, nos anos 1950, a seguinte rendida homenagem à *influência* política exercida por Sardinha mesmo depois da sua morte em 1925:

António Sardinha concorreu fortemente para formar os espíritos desta geração, a geração que em 1926 soube responder ao apelo da Pátria. Foi ele, e ele mais que ninguém, que nos anos melancólicos do descalabro fez ouvir sempre o seu grito de protesto e a sua mensagem de esperança. Foi ele que soube interpretar aos olhos dos novos as razões supremas por que Portugal havia de salvar-se. E fê-lo com a sua maneira inconfundível: sabendo reavivar no coração da juventude o fogo das grandes paixões construtivas; inculcando-lhe o respeito pelas raízes profundas do povo e da Nação, ao mesmo tempo que queimava em alegre fogueira os seus mitos destrutores ou inúteis; impelindo-a no regresso comovido ao amor da terra e das nossas tradições ancestrais [...] Esse foi o dom supremo de Sardinha, historiador, filósofo e poeta. Raros poderão ser entre todos aqueles que hoje servem o País nos postos de maior responsabilidade,

os que, embora não havendo recebido dele influência direta, não devam com justiça juntar-se-nos nesta hora de reconhecimento. Há em aberto uma imensa dívida de gratidão – gratidão que deve ser nacional – para com o grande mestre (Id, in Cavalheiro 1974: 26-27).

Colaborador muito próximo de Salazar a partir de 1928 e até ao início da década de 1950, Teotónio Pereira começou por ser, segundo a análise de Manuel Braga da Cruz, «o grande construtor das primeiras estruturas do corporativismo» (Braga da Cruz 2004: 431) do regime quando ocupou a função de subsecretário de Estado das Corporações de 1933 a 1936. Foi em seguida nomeado à cabeça do Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura, onde consolidou a sua reputação de político hábil e de «fiel colaborador de Salazar» (ib.: 440), levando o Presidente do Conselho a destacá-lo, em 1937, como agente especial junto das tropas franquistas. Com este destacamento para Espanha de um antigo membro do Integralismo, conhecido, além do mais, como um dos mais leais admiradores de Sardenha por tê-lo chamado «Mestre no Bom-Combate pela doutrina do Nacionalismo Integral» (Pereira, Espólio António Sardenha, 30/03/1922), o próprio Salazar acabara de engendrar o substrato das comparações entre a política espanhola do Estado Novo e o hispanismo. E verificaremos resumidamente nas últimas páginas deste artigo como, de facto, a ação política de Pedro Teotónio Pereira em Espanha, dá credibilidade a essas comparações.

Chegado a Espanha no momento em que, segundo escreveu a Salazar, uma «poderosa propaganda de alemães e italianos» (id., in Almeida 2008: 202) seduzia cada vez mais os nacionalistas, Pedro Teotónio Pereira conseguiu ser recebido regularmente pelo general Franco até ao final da Guerra Civil. Nesse contexto, exerceu a sua influência junto do ditador espanhol durante as negociações do Pacto Ibérico, que viria a ser celebrado em março de 1939. Paralelamente, insistiu com Salazar sobre a seguinte ideia: «é indispensável que Portugal e Espanha estejam de acordo para defesa dos seus mútuos interesses. Divididos serão joguetes de interesses alheios e do capricho dos mais fortes» (ib.: 206).

Após a assinatura do Pacto Ibérico, Teotónio Pereira permaneceu preocupado com relações germano-espanholas e continuou nesse sentido a informar Salazar da sua forte apreensão quanto às inclinações ideológicas de um *generalísimo* cada vez mais «enamorado do poder e do poder real e [...] deslumbrado com as ideais do eixo» (ib.) e que passara

a receber os seus convidados sentado «sobre o Trono do Palácio Real» (Pereira 1973: 195). Deste modo, mesmo depois da celebração dos acordos do Bloco Ibérico de 1941, que vieram reforçar os dispositivos do Pacto de 1939, Teotónio Pereira continuou a atuar junto do governo espanhol para tentar conter a pressão exercida sobre Franco pelos diplomatas alemães e italianos presentes em força na capital espanhola até 1945. Segundo Marcello Caetano, que se manteve em contacto com ele ao longo desses anos, Teotónio Pereira foi assim «um artífice admirável» (Caetano 1977: 103) da preservação da neutralidade espanhola durante a Segunda Guerra Mundial. E antes disso, teria sido a personalidade portuguesa mais ativa e importante na vitória nacionalista durante a guerra civil:

Jovem, ainda, desportivo corajoso, Pedro Teotónio conquistou logo simpatias em Espanha nos meios militares, então predominantes. Visitou sem receio as primeiras linhas de combate, partilhou com os soldados as agruras da campanha, expôs-se num alarde de valentia tão do gosto castelhano, mais de uma vez, aos riscos da guerra. Acamaradou com generais e soldados, insinuou-se facilmente como camarada nos meios navais, e de tudo isto retirou prestígio que no dia da vitória nacionalista e o qualificava entre os que haviam conhecido de perto as inclemências das batalhas e os sofrimentos do povo espanhol (ib.: 102).

Em última instância, ao longo do seu mandato em Espanha, Teotónio Pereira defendeu uma política que, como escreveu Manuel Braga da Cruz, favorecia «as relações diplomáticas com a Espanha de maneira a reforçar os laços peninsulares, a defender os seus interesses [...] e a permitir a sobrevivência dos dois regimes para além do fim da guerra» (Braga da Cruz 2004: 440). E essa política parece, de facto, poder ser associada às linhas de força do hispanismo de Sardinha, como ainda o pensavam e reafirmaram antigos integralistas em 1972 ao responderem aos ataques de Franco Nogueira.

Franco Nogueira não chegou aliás a responder a essa linha de defesa que consistiu em proclamar, como também frisou mais recentemente o historiador Manuel Loff, que o Estado Novo perfilhou o «supranacionalismo hispânico» (Loff 2008: 208) antidemocrata de Sardinha capaz de dar a devida importância às relações luso-espanholas, sem deixar de alimentar o «permanente instinto independentista português» (ib.).

Considerações finais

Finalmente, a polémica do início do ano de 1972 entre Franco Nogueira e a velha guarda integralista reativou um aceso e antigo debate no seio da direita radical portuguesa. Partindo da discussão do hispanismo – considerado por Nogueira como perigoso para a independência nacional, enquanto que os integralistas insistiam na «tão clara [a] diferença entre ‘iberismo’ e ‘hispanismo’» (Cavalheiro, “Carta ao Dr. Pequito Rebelo sobre António Sardinha e o seu Hispanismo, I”, *O Debate*, 12/02/1972) – o debate resvalou rapidamente para a avaliação da herança intelectual de Sardinha no período charneiro de transição entre a Primeira República e o Estado Novo e, particularmente, para a afirmação do impacto do hispanismo na política luso-espanhola salazarista.

Pensador irrelevante, tornado “mito” para alguns, graças à sua morte precoce, escritor perigoso para outros, ou ainda “precursor genial” do magma ideológico da ditadura para outros tantos, Sardinha não deixou pois de suscitar, cinquenta anos após a sua morte, um polémico debate que, de certo modo, ainda se encontra por encerrar nos nossos dias.

Fontes

Arquivos privados e públicos

Correspondência de António Sardinha com Ana Júlia Nunes da Silva Sardinha (1919-1921), Arquivo privado da família de António Sardinha (FAS). Lisboa.

Espólio António Sardinha, Biblioteca Memorial António Sardinha da Biblioteca Universitária João Paulo II da Universidade Católica. Lisboa.
“Quem nos desacredita em Espanha? Processo duma insidia”, 1921?, Arquivo privado da família de Alberto de Monsaraz (FAM). Lisboa.

Publicações periódicas e jornais

Acción Española (Madrid, 1933).

Brotéria. Revista contemporânea de cultura (Lisboa, 1940).

Debate, O (Lisboa, 1972).
Diário de Lisboa (Lisboa, 1924).
Monarquia, A (Lisboa, 1917).
Nação Portuguesa (Coimbra / Lisboa, 1915, 1922-1923, 1924-1925).

Referências

- Almeida, João Miguel (2008). *António Oliveira Salazar – Pedro Teotónio Pereira. Correspondência Política (1945-1968)*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Almeida Braga, Luís de (1916). “Lição dos Factos”, in *A Questão Ibérica* (col.). Lisbonne: Tipografia do Anuário Comercial, 392.
- Almeida Braga, Luís de (1943). *Posição de António Sardinha*. Lisboa: Edições Gama.
- Antón del Omet, Luís (1912). *Nuestro abrazo a Portugal (catecismo de la raza)*. Madrid: Imprenta del Alrededor del Mundo.
- Archer de Carvalho, Paulo (1996). “Ao Princípio era o Verbo: o eterno retorno e os mitos da historiografia integralista”, *Revista de História das Ideias*, vol. 18, 231-243.
- Braga da Cruz, Manuel (1982). “O Integralismo Lusitano e as origens do salazarismo”, *Análise social*, vol.18, nº 70, Lisboa, 137-182.
- « – » (2004). “Pedro Teotónio Pereira, Embaixador Português em Espanha durante as Guerras”, in *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Imprensa da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Caetano, Marcello (1977). *Minhas Memórias de Salazar*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Campos Matos, Sérgio (2007). “Conceitos de Iberismo em Portugal”, *Revista de História das Ideias*, nº 28, 169-193.
- « – » (2012). “Iberismo e hispanismo: Portugal e Espanha (1890-1931)”, in Pedro Calafate, José Luis Mora García, Xavier Asenjo Bullón (eds.), *Filosofía y literatura en la Península Ibérica. Respuestas a la crisis finisecular*. Madrid: Fundación I. Larramendi / CFUL / Asociación de Hispanismo Filosófico, 251-271.
- « – » (2017). *Iberismos – nação e transnação, Portugal e Espanha (c.1807-c.1931)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Cavalheiro, António Rodrigues (1974). *António Sardinha e o Iberismo, Acusação Contestada*. Lisboa: Biblioteca do Pensamento Político.

- Gay y Forner, Vicente (1915). *El Imperialismo y la Guerra Europea: los principios nacionalistas y el iberismo*. Madrid: Beltrán.
- Loff, Manuel (2008). *O Nosso Século é Fascista – O mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)*. Lisboa: Campo das Letras.
- Nogueira (1971), Franco. *A Crise dos Homens*. Lisboa: Ática.
- Nido y Segalerva, Juan del (1914). *La Unión ibérica. Estudio crítico, histórico de este problema formado con cuanto acerca de él han escrito los historiadores, así portugueses como españoles, y los defensores de ella*. Madrid: Tipografías de Prudencio P. de Velasco.
- Pereira, Pedro Teotónio (1973). *Memórias*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Pimenta, Alfredo (1944a). *A propósito de António Sardinha*. Lisboa: Imprensa Portuguesa.
- « – » (1944b). *António Sardinha e o grupo recreativo dos trinta-e-seis*. Lisboa: Edição do autor.
- Rebelo, José Pequito (1939). *Espanha e Portugal. Unidade e Dualidade Peninsular*. Lisboa: Ottosgráfica.
- « – » (1944). *Pela dedução à Monarquia 1914-1944*. Lisboa: Edições Gama.
- Sardinha, António (1915). *O Valor da Raça. Introdução a uma Campanha Nacional*. Lisboa: Miranda & Sousa Editores.
- « – » (1916). “O Território e a Raça”, in *A Questão Ibérica* (col.). Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial.
- « – » (1924). *Aliança Peninsular. Antecedentes e Possibilidades*. Porto: Livraria Civilização.
- « – » (1929). *Purgatório das Ideias. Ensaios de Crítica*. Lisboa: Livraria Ferin.
- « – » (1943). *À Lareira de Castela*. Famalicão: Editorial Minerva.
- Sardinha Desvignes, Ana Isabel (2006). *António Sardinha (1887-1925). Um intelectual no Século*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.